

Da 'lava jato' às fake news: o balanço de Toffoli sobre sua gestão

Dias Toffoli é realista. De saída da presidência do Supremo Tribunal Federal, diz não ter dúvidas de que uma série de decisões tomadas na Corte durante a sua gestão contrariaram os outros poderes. Defende, no entanto, que isso se deve à independência do Judiciário e deixa para o futuro uma análise sobre erros e acertos.

"O Supremo não abriu mão de ser guarda da Constituição. Compreendo as críticas, mas lá na frente a história poderá julgar de maneira definitiva quem tinha razão: os críticos ou a nossa atuação", afirmou.

Rosinei Coutinho/SCO/STF



À frente do STF, Toffoli articulou para manter os julgamentos em dia, por meio de videoconferências e do Plenário virtual
Rosinei Coutinho/SCO/STF

O presidente do STF chamou uma entrevista coletiva na manhã desta sexta-feira (4/9) para apresentar o balanço de sua gestão. A partir do dia 10 de setembro, a presidência do Supremo caberá ao ministro Luiz Fux.

Ao fazer um recorte histórico, Toffoli lembrou da sua atuação em iniciativas de combate à corrupção desde a subsecretaria de Assuntos Jurídicos, da Casa Civil, até a Advocacia-Geral da União e o Supremo. Afirmou, por exemplo, que a "lava jato" é fruto de leis cuja elaboração contou com sua participação, como a Lei de Transparência, das Organizações Criminosas, da delação premiada e dos acordos de leniência, por exemplo.

"Não existiria 'lava jato' se não fossem essas leis. Não haveria 'lava jato' se não houvesse o Supremo Tribunal Federal", sustentou.

Quem deu poder de investigação ao Ministério Público foi o Supremo, lembrou. E por isso afirmou que não existiria a "lava jato", nos moldes como funciona, sem que essas leis fossem aprovadas pelo Congresso, em coordenação de harmonia entre poderes. "Não pode se ter abuso, escolher quem vai investigar e deixar investigações na gaveta que deveriam sair, ou deixar para que, conforme a pessoa

alce um cargo, ela seja vazada para a imprensa", criticou.

Em números

Um dos maiores orgulhos do ministro é que houve aumento das decisões colegiadas durante a sua gestão. Só em 2019, o STF tomou 17 mil decisões colegiadas, o que, reforça Toffoli, "não existe em nenhuma Suprema Corte do mundo". "Não há como dizer que o Supremo é uma corte monocrática", disse nesta sexta.

Toffoli deixa a presidência com 28.816 processos no acervo atual, o que representa, disse, redução de 30% em relação a 2018. Além disso, caracteriza o menor acervo processual dos últimos 24 anos.

De acordo com os dados consolidados até 1º de setembro, a corte julgou 10.806 casos no Plenário virtual. Durante a epidemia, o [Plenário virtual](#) teve sua importância ressaltada, com a ampliação das hipóteses de julgamento e sustentações orais por vídeo. Para atender aos pedidos da advocacia, a Corte passou a liberar o inteiro teor dos votos e a registrar quais ministros votaram. As abstenções deixaram de contar como apoio ao voto do relator.

Questionado sobre que leitura faz de uma possível alteração na regra do *in dubio pro reo* nos casos de empate, disse adotar interpretação prevista no Código de Processo Penal: "o empate favorece o réu". A questão deverá ser analisada pelo Plenário da Corte, já que a 2ª Turma apontou uma questão de ordem do ministro Luiz Edson Fachin. Para este, a regra deve ser [restrita apenas para Habeas Corpus](#), já que trata de restrição à liberdade de locomoção.

Egberto Nogueira



Em maio de 2019, comunidade jurídica se reuniu em um jantar para homenagear o Supremo



Tribunal Federal e reagiu contra abusos do punitivismo
Egberto Nogueira

Papel do inquérito

Toffoli tomou a frente na defesa dos ministros da Corte e de seus familiares e determinou, de ofício, a abertura de inquérito para apurar a fabricação de notícias falsas e ofensas ao STF e a seus membros. O objetivo do inquérito, disse em [entrevista à ConJur](#), foi "inibir aquilo que era uma geração de instabilidade institucional no início de 2019".

Para relatar o processo, que corre sob sigilo de Justiça, foi nomeado o ministro Alexandre de Moraes. Depois da medida, segundo ele, "mais de 70% das fake news que rodavam as redes sociais desapareceram". Em agosto de 2019, o [inquérito foi prorrogado](#). Até quando, não se sabe.

Frente à situação, o ministro afirmou mais de uma vez ser inadmissível que aqueles que não concordam com as decisões da Corte respondam com agressão ou ameaça de seus membros. A irresignação contra decisões do STF se dá por recurso, não ameaças, disse. Defendeu, quando esteve no centro do programa *Roda Viva*, que cabe à sociedade o papel de demonstrar seu apoio às instituições democráticas e fazer a defesa da Corte.

Ao votar pela validade do inquérito, o defendeu como uma forma de colocar um freio na banalização de ataques e ameaças ao Supremo que vêm minando a credibilidade institucional. "Trata-se de prerrogativa e de reação institucional necessária em razão da escalada das agressões cometidas contra o tribunal, seus membros e os familiares desses, das quais a corte não pode renunciar, em especial quando se verifica a inércia ou complacência daqueles que deveriam adotar medidas para evitar o aumento do número e da intensidade de tais ataques", afirmou.

Nesta sexta, questionado se faria certo *mea culpa* sobre a influência do inquérito no choque institucional, Toffoli afirmou que, embora possa ser vista como arbitrária, a abertura da investigação foi fundamental.

"O início de uma política de ódio [foi] plantada por setores que queriam e querem destruir instituições, querem o caos, são os engenheiros do caos. Aqueles que estudaram a história do Brasil sabem e têm noção que não foi decisão fácil, foi a mais difícil da minha gestão. A gente viu o início de uma política de ódio que quer destruir instituições", afirmou.

Diálogo é preciso

Desde que tomou posse, em setembro de 2018, Toffoli sinalizou seu entendimento de que os poderes da República devem conviver em harmonia. E que, quando a política falha, a Constituição Federal dá o norte. Propôs o diálogo entre poderes, com atenção especial para as funções da Justiça. "O diálogo não interfere na independência entre os Poderes", afirmou em [entrevista à ConJur](#).

Carlos Moura / SCO STF



Durante gestão, Toffoli defendeu diálogo institucional para garantir segurança jurídica
Carlos Moura / SCO STF

Para o ministro, o diálogo institucional facilita a gestão estatal em geral, "para que as leis saiam mais bem-feitas, mais seguras, as decisões judiciais tenham previsibilidade, segurança jurídica para investimentos, para as pessoas fazerem os seus contratos e que, depois, o governo possa governar de uma maneira mais segura, sem medo de ser gestor".

Durante a epidemia do novo coronavírus, não foi diferente. Em diversas ocasiões esteve lado a lado com lideranças nacionais que, em mais de um momento, alfinetaram-se publicamente. Num esforço conjunto entre o Judiciário e o Legislativo, liderou o Projeto de Lei 1.179/2020 junto a um grupo de juízes, ministros e advogados especialistas. O projeto resultou na Lei 14.010/2020 e [criou um regime transitório](#) para regular relações de consumo, de concorrência, de Direito de Família, de locações de imóveis urbanos durante a epidemia.

Já sobre a proposta de [reforma administrativa](#) apresentada pelo governo federal nesta semana, Toffoli frisou que não pode haver redução de remuneração, já que se trata de direito adquirido. "Por que não o fazer para o futuro?", questionou.

"É necessário criar novas fases anteriores no início da carreira de magistrados, mas também de Ministério Público, defensores públicos, com subsídios menores até pra ter incentivo na promoção da carreira", disse. O Estado, segundo ele, deve trabalhar para reduzir as desigualdades, ficando o Congresso com "todo direito de discutir esse tema e estabelecer parâmetros que não privilegiam segmentos".

Trechos deste perfil integram a publicação do [Anuário da Justiça Brasil 2020](#).

Date Created

04/09/2020